



INFORMATIVO PIT

BOLETIM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA



DIEF continua com ações que fortalecem a cidadania e o engajamento nas comunidades

O Desafio Intermunicipal de Educação Fiscal (DIEF) concluiu o primeiro módulo com excelentes resultados e grande envolvimento entre alunos e professores.

O desafio segue avançando com novas etapas e ações, reforçando a ideia de que educar para a cidadania é transformar realidades.

Prazo para apresentar recurso da pontuação individual provisória do PIT do 1º semestre de 2025 encerra dia 31 de outubro

As prefeituras gaúchas já podem conhecer sua pontuação provisória no PIT referente ao primeiro semestre de 2025. O prazo para apresentar recurso à pontuação individual provisória é de 15 dias corridos, contados a partir da data da publicação no DOE, que foi 16 de outubro.

Semana Fazendária RS 2025 encerra com celebração à educação fiscal e à cidadania

O encerramento foi marcado pela 24ª Reunião do GT66 – Grupo de Trabalho de Educação Fiscal, que consolidou o referencial metodológico nacional, que será entregue oficialmente, e promoveu debates sobre o fortalecimento da educação fiscal no contexto da Reforma Tributária.

Nota Fiscal Gaúcha adota em novembro login exclusivo via Gov.br

A partir de 3 de novembro, o login no site e no aplicativo será realizado exclusivamente por meio da conta Gov.br. A medida segue o padrão já adotado em outros serviços do Estado, como o aplicativo do IPVA e o APP Servidor RS, e tem como principal objetivo aumentar a segurança no acesso aos dados dos cidadãos.

Artigo: Dez anos de Educação Fiscal e Cidadania e os novos desafios

Em setembro de 2025, o Projeto de Extensão “Curso de Educação Fiscal e Cidadania” completou dez anos. O projeto conta com a parceria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Receita Estadual do RS, Instituto Justiça Fiscal, Receita Federal do Brasil e o Programa de Educação Fiscal do Município de Porto Alegre. Nesse período, foram realizadas 14 edições do curso.

Conheça os destaques do Rio Grande do Sul no Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2025

Em 2025, o Rio Grande do Sul teve um total de 89 projetos inscritos, sendo 74 de escolas, 12 de instituições e três de tecnologia.

Dos 74 projetos inscritos na categoria Escolas, cinco foram selecionados na etapa estadual, bem como cinco selecionados na categoria Instituições.



DIEF continua com ações que fortalecem a cidadania e o engajamento nas comunidades

O Desafio Intermunicipal de Educação Fiscal (DIEF) concluiu o primeiro módulo com excelentes resultados e grande envolvimento entre alunos e professores. A etapa teve como tema central "Direitos e Ações Cidadãs" e foi marcada por uma aula síncrona e atividades práticas que fomentaram reflexões sobre cidadania, solidariedade e responsabilidade fiscal.

A atividade prática proposta neste módulo consistiu em investigar e apresentar boas práticas desenvolvidas nos municípios participantes. Entre as iniciativas destacadas estão a arrecadação de tampinhas para criação de hortas escolares, o Sopão Solidário, o Programa Recicle Bem, o Pila Verde e Pila Azul, coletas de lixo tecnológico, além de outras ações voltadas à sustentabilidade, inclusão social e cuidado com animais.

O módulo também desafiou os alunos a estimular o aumento de cadastros no Programa Nota Fiscal Gaúcha, reforçando a importância da participação cidadã e da transparência na arrecadação de tributos.

Professores participantes destacam o entusiasmo e a participação ativa dos alunos, que demonstram grande interesse pelos temas e valorização das atividades propostas pela equipe do Dief. As ações mostram que a educação fiscal vai muito além de conceitos teóricos — ela forma cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com o bem público.

"Estou muito feliz por participar desse desafio junto a minha escola. Meus alunos estão muito empolgados, pois além de aprenderem mais sobre Educação Fiscal, eles estão felizes com essa metodologia que envolve as mídias: construir vlogs, fazer paródias, confeccionar panfletos e tantas outras atividades que foram realizadas." relatou a professora Mônica, coordenadora da equipe de Caçapava do Sul.

O Dief, criado pelos Municípios de Lavras do Sul e Tupanciretã, conta com o apoio do Programa de Educação Fiscal – RS e das empresas Eficax Consultancy, Essencial Assessoria, Buscar Assessoria e Masper Assessoria, que acreditam no poder da educação fiscal como instrumento de transformação social.



O desafio segue avançando com novas etapas e ações, reforçando a ideia de que educar para a cidadania é transformar realidades.

Prazo para apresentar recurso da pontuação individual provisória do PIT referente ao 1º semestre de 2025 encerra dia 31 de outubro



As prefeituras gaúchas já podem conhecer sua pontuação provisória no Programa de Integração Tributária (PIT) referente ao primeiro semestre de 2025.

A publicação da Portaria Sefaz [061/2025](#), que traz os detalhes por município, foi feita no Diário Oficial do Estado (DOE).

O prazo para apresentar recurso à pontuação individual provisória é de 15 dias corridos, contados a partir da data da publicação no DOE, que foi 16 de outubro. O pedido deve estar embasado e instruído com os documentos que comprovam as manifestações. O encaminhamento dos recursos é feito via protocolo eletrônico. Dúvidas devem ser encaminhadas pelo e-mail drcm@sefaz.rs.gov.br

O PIT visa incentivar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às prefeituras. A pontuação no PIT corresponde a um percentual do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que é o indicador utilizado para determinar a quota-parte de cada uma das cidades gaúchas sobre as receitas do ICMS.

• **Pareceres provisórios:** clique [aqui](#).

• **Pontuação de cada município:** clique [aqui](#).

Ações do PIT

Grupo I – Programa de Educação Fiscal: composto por dez ações passíveis de pontuação que têm como propósito informar os cidadãos sobre a origem e o destino dos recursos públicos.

Grupo II - Incentivo à emissão de documentos fiscais: composto por cinco ações passíveis de pontuação, trata do incentivo aos programas de emissão de nota fiscal com CPF, principalmente o NFG.

Grupo III - Comunicação de verificação de indícios: busca o compartilhamento entre o Estado e os municípios de informações sobre os contribuintes e suas operações.

Grupo IV - Gestão de informação do setor primário: compreende a gestão dos cadastros, dos talões e das notas dos produtores rurais.

Grupo V – Programa de combate à sonegação: tem foco na fiscalização da circulação de mercadorias por meio de turmas volantes municipais.



Semana Fazendária RS 2025 encerra com celebração à educação fiscal e à cidadania

A Semana Fazendária RS 2025 chegou ao fim no dia 10 de outubro, após dez dias de intensos debates, encontros e celebrações que abordaram temas centrais para o futuro da gestão pública, como a Reforma Tributária, a integração entre os estados via Confaz e Comsefaz, inovação fiscal e políticas de justiça social. O encerramento foi marcado por uma programação especial dedicada à educação fiscal, uma das grandes ferramentas de transformação cidadã, que reuniu representantes de todo o país para compartilhar experiências e renovar compromissos com a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

Educação Fiscal como pilar da cidadania

O encerramento foi marcado pela 24ª Reunião do GT66 – Grupo de Trabalho de Educação Fiscal, coordenado por Cícero Roberto de Melo, e pela 93ª Reunião do Grupo Nacional de Educação Fiscal (GEF), realizadas no Farol Santander. O GT66 consolidou o referencial metodológico nacional, que será entregue oficialmente, e promoveu debates sobre o fortalecimento da educação fiscal no contexto da Reforma Tributária.

“Concluimos nossas atividades com o coração cheio. Agradecemos à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul por essa acolhida maravilhosa. O que vimos aqui foi inspiração e compromisso com o futuro da cidadania tributária”, destacou Cícero.

A paixão que move a educação fiscal

Durante sua fala, o subsecretário adjunto da Receita Estadual, Luis Fernando Flores Crivelaro, emocionou o público ao compartilhar sua visão apaixonada sobre o tema. “Enxergo no tributo uma paixão. Trabalhar com educação fiscal é nadar contra a correnteza, mas é uma missão que vale a pena. A educação fiscal é o que nos conecta ao cidadão, é o caminho para mostrar o que pode melhorar com a sua participação. Sou apaixonado por isso. No RS, batalhamos em todas as pontas: cursos, seminários regionais, cadernos pedagógicos e com Programa de Integração Tributária (PIT), que visa incentivar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às Prefeituras. Fiscal do bem existe, e está aqui”, disse Crivelaro.

Projetos que transformam vidas

Entre os destaques da programação, dois projetos gaúchos emocionaram os participantes:

Sapiência e Enrolado: arte e cidadania

O projeto Sapiência e Enrolado, idealizado pelo músico e escritor Rodrigo Munari, percorreu 70 municípios, impactando cerca de 100 mil jovens com palestras musicadas e distribuição de livros. A obra, que narra a história de dois fictícios povos às margens do Rio Precioso, ensina sobre empatia, cidadania e o papel dos tributos na construção de uma sociedade justa.

“A cultura da educação fiscal é essencial para a sociedade. É por meio dela que os municípios e os cidadãos recebem seus serviços essenciais. Escrevi esse livro antes das catástrofes, mas ele fala de gente, de empatia, de como se relacionar em sociedade”, afirmou Munari.



Sementes da Reconstrução: Roca Sales e a força da educação

O projeto Sementes da Reconstrução, desenvolvido por Camila Stieven Hünning, fiscal da Secretaria da Fazenda de Roca Sales, e Lucilene Konrad Pedroso, coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação de Roca Sales, emocionou ao mostrar como a educação fiscal pode ser ferramenta de reconstrução e valorização da vida. A cidade, duramente atingida por enchentes em 2023 e 2024, encontrou na cidadania tributária um caminho para a esperança.

“Levamos os alunos para ver de perto como o tributo retorna ao município. Fizemos palestras com psicólogos, passeios de ônibus escolar e inauguramos um memorial às vítimas. A educação fiscal nos ajudou a reconstruir não só a cidade, mas também os vínculos com a comunidade”, contou Camila.

BID e Receita Federal reforçam o papel da educação fiscal

O GT66 de Educação Fiscal contou com a presença do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Receita Federal, que trouxeram reflexões sobre o papel da educação fiscal na construção de uma sociedade mais consciente.

Representando o BID, Maria Cristina MacDowell destacou que é essencial ampliar as ações de conscientização sobre o financiamento público por meio dos tributos. “Isso fortalece a cidadania e o desenvolvimento”, ressaltou.

Já Ana Paula Sacchi Kuhar, Analista-Tributária da Receita Federal, apresentou os avanços recentes do órgão, que desde 2020 vem retomando iniciativas de educação fiscal.

Educação fiscal em números

A apresentação da Receita Estadual mostrou os avanços do RS na área:

Mais de 2 mil alunos em cursos EAD em 2025
40 seminários regionais realizados no ano
76 mil cadernos pedagógicos distribuídos
100% dos municípios gaúchos participando do PIT

Mais de 4,2 milhões de inscritos no Nota Fiscal Gaúcha

R\$ 980 milhões devolvidos pelo programa Devolve ICMS

Articulação nacional: Confaz e Comsefaz como pilares da transformação tributária

A Semana Fazendária RS 2025 também foi espaço para encontros estratégicos que reforçam a união entre os estados brasileiros. As reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) trouxeram à tona os desafios e oportunidades da Reforma Tributária, com foco na implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na construção de um modelo mais justo, transparente e eficiente.

“A Reforma Tributária exige diálogo, cooperação e coragem. E é isso que vimos aqui: estados unidos por um propósito comum, construindo juntos o futuro da tributação no Brasil. Vivemos dias intensos, de trocas ricas e emocionantes. Recebemos autoridades, especialistas e cidadãos que acreditam na transformação pela educação fiscal. Discutimos a Reforma Tributária e vimos projetos que unem empatia, cidadania e reconstrução. Saímos daqui mais fortes, mais conectados e com a certeza de que o tributo é, sim, uma ferramenta de justiça social”, celebrou a secretária da Fazenda do RS, Pricilla Santana.

A Semana Fazendária RS 2025 foi promovida pela Secretaria da Fazenda do RS e pelo Comsefaz, com apoio do Governo do Estado, Banrisul, Itaú, Serpro, Vero, Procergs, BID e demais parceiros.



Nota Fiscal Gaúcha adota em novembro login exclusivo via Gov.br

A Receita Estadual anuncia uma importante mudança no acesso ao programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG): a partir de 3 de novembro, o login no site e no aplicativo será realizado exclusivamente por meio da conta Gov.br. A medida segue o padrão já adotado em outros serviços do Estado, como o aplicativo do IPVA e o APP Servidor RS, e tem como principal objetivo aumentar a segurança no acesso aos dados dos cidadãos.

“A adoção do login exclusivo via Gov.br no Nota Fiscal Gaúcha é mais um passo na transformação digital da Receita Estadual. Estamos comprometidos com a segurança dos dados dos cidadãos e com a modernização dos serviços públicos. Essa integração fortalece a confiança no sistema e amplia a proteção das informações pessoais”, destaca o subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira.

Com a nova autenticação, será necessário possuir uma conta Gov.br com selo prata ou superior. O botão de login redirecionará automaticamente para o ambiente do Gov.br, garantindo uma conexão segura e integrada às demais plataformas públicas. A autenticação também contará com verificação em dois fatores, ampliando a proteção das informações.

“O Nota Fiscal Gaúcha é um programa consolidado, referência nacional, e essa mudança para o login via Gov.br reforça nosso compromisso com a segurança e a inovação. A autenticação mais robusta garante que o cidadão tenha acesso aos benefícios do programa com ainda mais proteção e confiabilidade”, afirma o coordenador do Nota Fiscal Gaúcha, Fernando Rodrigues dos Santos.

Durante a transição para o novo sistema de login, os serviços acessados pelo login tradicional permanecerão disponíveis na versão atual do aplicativo até a liberação da nova versão. A versão atualizada do app, disponível para Android e iOS, está em processo de liberação e deverá estar disponível para atualização a partir da primeira semana de novembro. A atualização será obrigatória, e versões anteriores não serão mais aceitas após esse período.

Apesar da mudança no acesso, a contabilização das notas fiscais segue normalmente, tanto para participação nos sorteios mensais quanto para geração de desconto no IPVA.



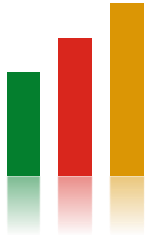
Como criar uma conta no Gov.br

Acesse www.gov.br ou baixe o app Gov.br (Android/iOS).
Clique em “Criar conta” e informe seu CPF.
Siga as instruções na tela para validar seus dados e criar uma senha.
Pronto! Sua conta estará ativa para acesso aos serviços digitais.

Como obter o selo prata na conta Gov.br

Para aumentar o nível da conta de bronze para prata, o cidadão pode:

- Realizar reconhecimento facial pelo app Gov.br, comparando com a base da CNH.
- Validar sua identidade via internet banking de um banco credenciado.
- Utilizar login com usuário e senha do SIGEPE, se for servidor público federal.
- No aplicativo, basta clicar em “Aumentar nível” na tela inicial e seguir as instruções.



Artigo: Dez anos de Educação Fiscal e Cidadania e os novos desafios

Artigo publicado dia 17 de outubro de 2025 no [site do Instituto Justiça Fiscal](#) de autoria de Rosa Angela Chieza[1], João Carlos Loebens [2], Maria Regina Duarte[3], Clair Hickmann[4], Arthur Marques Pitella[5]

Em setembro de 2025, o Projeto de Extensão “Curso de Educação Fiscal e Cidadania” completou dez anos. O projeto conta com a parceria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Receita Estadual do RS, Instituto Justiça Fiscal, Receita Federal do Brasil e o Programa de Educação Fiscal do Município de Porto Alegre. Nesse período, foram realizadas 14 edições do curso, sendo nove presenciais e cinco, online. Entre as edições presenciais, cinco foram desenvolvidas em conjunto com comunidades do município de Porto Alegre, fortalecendo a extensão universitária, elemento integrante da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme artigo 207 da Carta Magna de 1988.

No eixo articulador com a pesquisa, o Projeto resultou na publicação do livro Educação Fiscal e Cidadania: reflexões da Prática educativa, em 2018, premiado em 2020 pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias-ABEU, bem como no artigo Educação Fiscal ao alcance de todos. Destacam-se ainda participações em relevantes eventos acadêmicos, como o 35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul do Brasil-SEURS, realizado em 2017 na UNILA, Foz do Iguaçu/PR, e o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal, ocorrido em 2023, em Porto Alegre/RS.

Além da grande capilaridade que o curso alcançou com cidadãos-alunos de 22 estados brasileiros, formou aproximadamente 1.500 cidadãos multiplicadores da educação fiscal, e os capacitou para o exercício da cidadania de forma mais qualificada.

Desde o início deste Projeto, em 2015, e da criação do Instituto Justiça Fiscal, em 2011, o tema da justiça tributária, antes ausente das agendas midiática, política e social, passou a ganhar destaque nacional. A justiça fiscal materializada apenas pelo lado do gasto público, apesar de necessária, é insuficiente para mitigar a extrema concentração de renda e riqueza no Brasil. Diante disso, é fundamental que este tema seja levado à sociedade para que o Estado possa cumprir o princípio da Constituição Federal, que é o da capacidade contributiva, segundo o qual, quem ganha mais deve pagar proporcionalmente mais tributos.

Felizmente, nos dias de hoje o conceito de justiça fiscal e de educação fiscal já se substancializa em legislação e propostas, como o PL nº 3.465/2019, já aprovado na comissão de educação do Senado federal, que inclui no currículo da educação básica o ensino obrigatório de temas de cidadania. Cabe citar também a inclusão da educação fiscal entre os “Temas Contemporâneos Transversais” na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, além de ações concretas de política pública, como o Programa Educação para a Cidadania e Sustentabilidade do Ministério da Educação (Portaria nº 642/2025).

Nestes últimos dez anos buscou-se difundir o papel social do tributo e a importância dos impostos como instrumento para o convívio social harmônico e a redução das desigualdades, demonstrando a atual regressividade do sistema tributário brasileiro: quem ganha menos está pagando proporcionalmente mais tributos. Ainda há muito a ser feito, pois a desigualdade no Brasil é crescente, conforme demonstra Palomo et al (2025), “o



1% mais rico concentra 27,4% da renda total em 2019, um dos níveis mais elevados registrados no mundo". O sistema tributário brasileiro é regressivo, com uma alíquota média de 42%, mas essa alíquota cai para 20% para o 0,01% dos mais ricos, que possuem renda mensal aproximada superior a R\$ 400.000,00 (renda anual acima de R\$ 5 milhões), em torno de 20.000 pessoas.

Segundo Dutra et al (2025, p.1) e Gobetti (2025, p.1), entre 2017 e 2023, a renda do 0,1% mais rico no Brasil cresceu 48,8% acima da inflação, cinco vezes mais que a média nacional. E, apontam que 90% desse aumento é explicado pelas rendas de capital, sendo 66% atribuídos a lucros e dividendos distribuídos.

Merece destaque a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 1.087, em 01/10/25, que prevê isenção de IRPF para rendas de até R\$ 5 mil mensais e tributação de 10% sobre as rendas mensais acima de R\$ 50 mil, incluindo lucros e dividendos, isentos desde 1996. Esta renúncia fiscal, decorrente da isenção de lucros e dividendos vigente desde 1996, em favor dos mais ricos, o "Bolsa Empresário", foi da ordem de R\$ 140 bilhões em 2022, valor superior aos R\$ 95 bilhões pagos pelo Bolsa Família/Auxílio Brasil aos mais pobres no mesmo ano.

A aprovação do PL nº 1.087/2025 representa um avanço relevante para a sociedade, embora ainda insuficiente. Apesar de os contribuintes de maior renda passarem a pagar uma alíquota de 10%, este percentual permanece inferior às alíquotas de até 27,5% a que são submetidos os trabalhadores. Dessa forma, persistem desafios no âmbito da educação fiscal e cidadania. Embora a legislação aprovada represente um avanço, observa-se que os princípios constitucionais da progressividade, capacidade contributiva e igualdade ainda não foram atendidos, o que permite apontar indícios de inconstitucionalidade.

O orçamento público também se insere na agenda da educação fiscal, sendo uma peça técnica e fundamentalmente política, pois é o espelho da vida política de uma sociedade. Um dos desafios neste campo é desmistificar a ideia amplamente difundida que o "orçamento público deve ser gestado como o orçamento de uma dona de casa". Esta é uma ideia incorreta, pois o Estado possui poderes e responsabilidades macroeconômicas distintas da dona de casa, que não emite moeda nem títulos, não é dona de um Banco Central, tampouco tem o poder de definir a taxa de juros que incidirá sobre seus empréstimos. A difusão desta ideia falaciosa reforça a desinformação e prejudica a confiança nas políticas públicas que devem atender o previsto no inciso III do artigo 3º da Carta Magna de 1988: "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

A educação fiscal para a cidadania é pilar fundamental para uma sociedade justa e democrática. Nos próximos anos, diante das transformações tecnológicas, sociais e econômicas, ampliam-se os desafios, como o combate à desinformação e Fake News, comuns no meio tributário e fiscal, o individualismo, a disputa de espaço no currículo escolar e a regressividade do sistema tributário brasileiro, que amplia a desigualdade e, por consequência, dificulta a retomada do crescimento econômico e fragiliza a democracia.

Por fim, conforme aponta Meloni (2025), o verdadeiro inimigo é a ignorância fiscal, ou seja, a questão central está relacionada à falta de conhecimento sobre assuntos fiscais. E Alexis de Tocqueville (1805 – 1859), ressalta que há uma distinção relevante entre indivíduo e cidadão ao viver em sociedade, ao afirmar que "o indivíduo é o pior inimigo do cidadão".



Conheça os destaques do Rio Grande do Sul no Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2025

Em sua 13ª edição, o Prêmio Nacional de Educação Fiscal reconhece iniciativas que promovem a função social dos tributos, a transparência nas contas públicas e o engajamento do cidadão no controle e acompanhamento dos recursos públicos. Em 2025, o Rio Grande do Sul teve um total de 89 projetos inscritos, sendo 74 de escolas, 12 de instituições e três de tecnologia, consolidando o protagonismo gaúcho na promoção da educação tributária. Desde a criação do prêmio, o RS é um dos estados mais premiados, com destaque em diversas edições.

Dos 74 projetos inscritos na categoria escolas, cinco foram selecionados da etapa estadual. A avaliação de cada um deles foi realizada pela diretoria e associados da AFISVEC, que se engajaram com a causa e contribuíram para valorizar as iniciativas de educação fiscal desenvolvidas em diferentes regiões do estado.

CATEGORIA ESCOLAS

Os indicados estaduais desta edição, com nota superior a 80, foram:

EMEB Marcos Moog, de Novo Hamburgo, com o projeto “Cidadão Consciente: Desvendando a Educação Fiscal na Escola”

O projeto tem como objetivo promover a Educação Fiscal na escola, conscientizando os estudantes sobre a importância dos tributos, seu papel na sociedade e a relação entre a arrecadação e os serviços públicos, incluindo a própria escola para afirmar e fortalecer o pertencimento de todos neste espaço, incentivando uma postura ética e responsável em relação ao uso dos recursos públicos.

EMEF Martinho Lutero, de Três de Maio, com o projeto “Cultivando Conhecimento e Colhendo Cidadania: Educação Fiscal na Escola no Campo”

O projeto tem como objetivo promover a conscientização sobre a importância da educação fiscal, ao mesmo tempo em que proporciona experiências práticas de plantio, agricultura sustentável e empreendedorismo para os alunos da escola de campo, ensinando como cultivar alimentos de forma responsável, respeitando o meio ambiente e promovendo práticas sustentáveis.

EMEB Espírito Santo, de Sobradinho, com o projeto “Educação Fiscal”

O projeto tem como objetivo promover a cidadania fiscal por meio da compreensão do papel dos tributos na construção de uma sociedade mais justa através de atividades pedagógicas que estimulem a consciência e conhecimento sobre os impostos compreendendo a importância do controle social dos gastos públicos incentivando o uso da nota/cupom fiscal e da cidadania ativa.

EMEB João XXIII, de Esteio, com o projeto “Escrevendo o Futuro com Educação Fiscal”

O projeto tem como objetivo desenvolver nos estudantes a consciência cidadã sobre a importância dos tributos e do controle social dos recursos públicos, estimulando a reflexão crítica por meio de atividades lúdicas com jogos pedagógicos sobre impostos, CPF na nota, além da escrita de textos e histórias que integram conceitos de educação fiscal, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis, éticos e participativos na construção de um futuro melhor.





Escola Municipal de Educação Infantil Anjinho da Guarda, de Estação, com o projeto “Sacola Viajante – Quero Ser um Bom Cidadão”

O projeto tem como objetivo conscientizar e orientar a comunidade escolar sobre a importância da Educação Fiscal na vida de cada cidadão, o qual é responsável pelo crescimento de sua cidade para colhermos bons frutos no futuro, acreditando na geração que está em nossas mãos. Bem como despertar o interesse das famílias sobre o assunto e o retorno de benefícios através dos impostos arrecadados pelos órgãos públicos.

CATEGORIA INSTITUIÇÕES

Os indicados estaduais desta edição foram:

Prefeitura Municipal de Roca Sales, com o projeto “Sementes da reconstrução”, que tem como objetivo mostrar aos estudantes e à comunidade como os recursos públicos arrecadados por meio dos tributos são essenciais para reerguer a cidade e garantir serviços públicos de qualidade e perenes mesmo em situações extremas e momentos de crise. Ao mesmo tempo, promove uma reflexão sobre o papel de cada cidadão na construção de uma sociedade mais justa, participativa e resiliente.

Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal, com o projeto “Programa municipal de educação fiscal da prefeitura municipal de Balneário Pinhal” que tem como objetivo promover a conscientização cidadã sobre a origem, aplicação e importância dos tributos. O projeto visa fortalecer a responsabilidade fiscal e a compreensão da função social dos recursos públicos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento de Tapera, com o projeto “Educação fiscal para a comunidade local e regional e estudantes”, que tem como objetivo promover a cidadania fiscal e fortalecer a consciência sobre a gestão transparente dos recursos públicos, capacitando participantes com conhecimentos teóricos e práticos.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes, de Entre-Ijuís, com o projeto “Cidadania e Responsabilidade Social desde a Infância”, que tem como objetivo Promover a Educação Fiscal como instrumento de cidadania, por meio de ações educativas integradas ao currículo escolar, sensibilizando alunos, professores e comunidade sobre a função social dos tributos, e incentivando o controle social e o uso consciente dos recursos públicos.

Instituto Estadual de Educação Nossa Senhora Imaculada, de Tapera, com o projeto “Educação Fiscal”, que tem como objetivo capacitar a comunidade para o exercício da cidadania tributária por meio de ações de educação fiscal, com foco em tributos, obrigações acessórias e destinação social dos impostos.

A AFISVEC e o GEFE/RS parabenizam todas as escolas e instituições participantes e, em especial, os finalistas estaduais desta edição, que demonstram o compromisso das comunidades escolares gaúchas com a formação cidadã e o fortalecimento da consciência fiscal. Iniciativas como essas reforçam o papel transformador da educação na construção de uma sociedade mais justa, participativa e transparente.

[Conheça os finalistas do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2025](#)



Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2025

